

Caos na base de dados fiscal

Maioria dos prédios em situação irregular são rústicos

■ MARINA TOVAR REI

Das desactualizações existentes na base de dados dos serviços da Direcção-Geral dos Impostos, o Governo justifica em comunicado, que a instauração de processos de contra-ordenação aos titulares de prédios que não cumpriram a obrigação de identificação do NIF (Número de Identificação Fiscal), conduziria à anulação posterior de muitos deles, o que se traduziria em inconvenientes e custos desnecessários para a Administração Fiscal.

O Ministério das Finanças adianta que, do total dos prédios em situação irregular, 2,9 milhões são rústicos e apenas cerca de 500 mil são prédios urbanos. A maioria dos prédios em causa estão isentos, por terem um valor patrimonial reduzido, pelo que não são emitidas liquidações, o que dificulta ou impossibilita a detecção, pela Administração

Fiscal, das sucessivas transmissões por heranças que não sejam comunicadas. O Ministério das Finanças esclareceu que o Governo suspendeu mas manteve a decisão de instaurar processos de contra-ordenação aos proprietários de prédios rústicos ou urbanos que não registaram os imóveis junto das Finanças.

A instauração desses processos fica suspensa até à entrada em vigor da alteração legislativa, que vai permitir ultrapassar as actuais desactualizações da base de dados dos serviços da Direcção-Geral dos Impostos, como prédios registados em nome de titulares entretanto falecidos, prédios inexistentes ou registados em duplicado. "Não há pois qualquer perdão de coimas mas sim a sua não aplicação imediata enquanto a situação não for devidamente avaliada", esclarece o Ministério das Finanças e da Administração Pública. ●

NÃO HÁ PERDÃO

Não existe perdão de coimas para os contribuintes incumpridores, mas sim uma suspensão de processos de contra-ordenação até à concretização da alteração legislativa, diz o Ministério das Finanças.



ANTÓNIO CORREIA/USA

NORTE O MAIS POBRE

Lisboa é a mais rica

O rendimento primário por habitante, da região de Lisboa, estava 45 por cento acima da média nacional em 2003, enquanto o do Norte era o mais baixo de todo o País, 19 por cento inferior à média, indicou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Nas Contas Regionais 2003, o INE, revela que a disparidade regional é menor quando se considera o rendimento disponível, com a riqueza produzida pela região de Lisboa a ser redistribuída por todas as outras, com excepção do Algarve, onde o rendimento disponível por habitante e o rendimento primário por habitante estão quatro por

cento acima da média.

A Madeira apesar de ter o segundo rendimento primário por habitante mais elevado de Portugal, cinco por cento acima da média, beneficia também do efeito redistribuição, com um rendimento disponível sete por cento acima da média.

O Centro, com um rendimento disponível por habitante 11 por cento inferior à média nacional em 2003, e o Alentejo (oito por cento abaixo) são as regiões que mais beneficiam do efeito redistribuição, em ambos os casos com o rendimento disponível por habitante sete pontos acima do rendimento primário. - M.T.R. ●

30 Dez.

directo

Agora também em quiosques e papelarias.
Compre o seu Vodafone directo perto de si.
www.vodafoneirecto.com ou ligue 808 911 911

Vodafone directo
para quem menos é mais.

Tenha só os serviços que usa.
11,99 cênt. para qualquer rede a qualquer hora.

vodafone